

**GOVERNANÇA CORPORATIVA NA ESTRUTURA
CONCEITUAL DO RELATO INTEGRADO: DIVULGAÇÕES DAS
INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS BRASILEIRAS**

**CORPORATE GOVERNANCE IN THE CONTEXT STRUCTURE OF
THE INTEGRATED REPORT: DISCLOSURES OF BRAZILIAN
BANKING INSTITUTIONS**

**GOBERNANZA CORPORATIVA EN LA ESTRUCTURA CONCEPTUAL
DEL RELATO INTEGRADO: DIVULGACIONES DE LAS
INSTITUCIONES BANCARIAS BRASILEÑAS**

Recebimento: 31/10/2017- Aceite: 05/08/2018- Publicação: 28/10/2018
Processo de Avaliação: Double Blind Review

Lucia Maria Tavares¹

Mestranda em Governança Corporativa
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
tavares.lucia@gmail.com

Valesca Dias Henrique

Mestranda em Governança Corporativa
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
henrique.valesca@gmail.com

Jorge Roberto Manoel

Mestre em Governança Corporativa
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
jorge.manoel@pwc.com

Fernando de Almeida Santos

Pesquisador do NUPE – Núcleo de Pesquisa ENIAC
Professor do Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo
fernando@fernandoasantos.com.br

Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos

Professora do Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo
admneusa@pucsp.br

¹ Autor para correspondência: Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Endereço:
Avenida Vicente Machado, 729, São Paulo, SP, Brasil – CEP: 01503-001.

RESUMO

Este artigo busca identificar, analisar e salientar a transparência das instituições bancárias brasileiras, por meio das informações contidas em seus relatos integrados, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo International Integrated Reporting Council (IIRC) e pela Global Reporting Initiative (GRI). Trata-se de um relatório completo e complexo, que deve ser elaborado com clareza e transparência, tanto para seus sócios e investidores, quanto para a sociedade. Nele devem conter informações como capital humano, financeiro, intelectual, de relacionamento, natural e manufaturado. As instituições bancárias brasileiras que aderiram ao RI, demonstram aqui que contribuem não só com seus clientes, mas com todos os *stakeholders*, de forma sustentável, transparente e ética. A metodologia utilizada foi a técnica denominada análise de conteúdo, com uma abordagem de natureza qualitativa sobre os relatos integrados das instituições bancárias brasileiras, restrito aos aspectos relacionados à governança corporativa, a fim de verificar a forma como as empresas aderiram ao modelo proposto pela estrutura conceitual, sugerida pelo IIRC. A coleta de dados, em conformidade com a técnica de análise de conteúdo, segue os procedimentos de pesquisa documental, na qual os dados utilizados foram a estrutura conceitual para relato integrado (IIRC, 2013) dos relatórios corporativos das 25 instituições bancárias, listadas pela BM&FBOVESPA. Constatou-se que, dos bancos avaliados, apenas 5 instituições publicam o relato integrado em 2016, mas apenas 3 dessas 5 instituições cumpriram todos os requisitos do relato integrado.

Palavras-chave: Relato Integrado, Governança Corporativa; Bancos; OCDE

ABSTRACT

This paper aims to identify and analyze the Brazilian banking institutions' transparency through the information contained in their integrated reports, according to the global guidelines established by the International Integrated Reporting Council (IIRC) and Global Reporting Initiative (GRI). It is a simple report, with the usual language, a complete and complex report, which must be prepared with clarity and transparency and objective, both for its members and investors, and for society. The Brazilian banking institutions that have adhered to the Integrated IR report demonstrate that they contribute not only to their clients, but to all stakeholders, in a sustainable, transparent and ethical way. Its relevance to society arises, as banks present information about the organizations, their investors, shareholders, employees and stakeholders, maintaining transparency and clarity in the distribution of information, in accordance with the principles of Corporate Governance. The methodology used was the technique called content analysis, with a qualitative approach on the integrated reports of Brazilian banking institutions, restricted to aspects related to corporate governance, in order to verify how companies adhered to the model proposed by the conceptual framework, suggested by the IIRC. Data collection, in accordance with the content analysis technique, follows documentary research procedures, in which the data used were the conceptual reporting framework (IIRC, 2013) of the corporate reports of the 25 banking institutions, listed by BM & FBOVESPA. It was found that, of the banks

evaluated, only 5 institutions publish the integrated report in 2016, but only 3 of these 5 institutions fulfilled all the requirements of the integrated report.

Keywords: Integrated Reporting, Corporate Governance; Banks; OCDE

RESUMEN

Este artículo busca identificar, analizar y resaltar la transparencia de las instituciones bancarias brasileñas, a través de las informaciones contenidas en sus Relatos integrados, de acuerdo con las directrices establecidas por el International Integrated Reporting Council (IIRC) y por la Global Reporting Initiative (GRI). Se trata de un informe completo y complejo, que debe elaborarse con claridad y transparencia, tanto para sus socios e inversores, como para la sociedad. En él deben contener informaciones como capital humano, financiero, intelectual, de relación, natural y manufacturado. Las instituciones bancarias brasileñas que se adhieron a RI, demuestran aquí que contribuyen no sólo con sus clientes, pero con todos los stakeholders, de forma sostenible, transparente y ética. La metodología utilizada fue la técnica denominada análisis de contenido, con un abordaje de naturaleza cualitativa sobre los relatos integrados de las instituciones bancarias brasileñas, restringido a los aspectos relacionados al gobierno corporativo, a fin de verificar la forma en que las empresas se adhieron al modelo propuesto por la estructura conceptual, sugerida por el IIRC. La recolección de datos, de acuerdo con la técnica de análisis de contenido, sigue los procedimientos de investigación documental, en la cual los datos utilizados fueron la estructura conceptual para relato integrado (IIRC, 2013) de los informes corporativos de las 25 instituciones bancarias, listadas por la BM & FBOVESPA. Se constató que, de los bancos evaluados, sólo 5 instituciones publican el relato integrado en 2016, pero sólo 3 de esas cinco instituciones cumplieron todos los requisitos del relato integrado.

Keywords: Integrated Reporting, Corporate Governance; Banks; OCDE

1. INTRODUÇÃO

Em 2010, foi criada, pelo IIRC (International Integrated Reporting Council), uma plataforma que promoveu a criação do conceito de Relato Integrado a partir de uma conceituação abrangente, visando construir um modelo de preparação de informação corporativa decorrente de processos de controle e gestão, consoante às demandas amplas presentes nos dias de hoje na sociedade, com o objetivo de demonstrar, de forma consistente e transparente, a criação de valor pelas organizações ao longo do tempo e sua correspondente preservação em função de capitais essenciais que fazem parte integrante das estruturas organizacionais, quais sejam:

- **Capital Financeiro:** um conjunto de ativos disponíveis para uma organização utilizar na produção de bens ou na prestação de serviços

- **Capital Manufaturado:** bens produzidos para serem utilizados na produção de produtos e serviços

- **Capital Intelectual:** capital intangível organizacional, baseado no conhecimento

- **Capital Humano:** competências, capacidades, experiências e motivações pessoais para inovar

- **Capital Social e de Relacionamento:** as instituições e relações estabelecidas dentro e entre cada comunidade, grupo de *stakeholders* e outras redes e a habilidade em compartilhar informações para melhorar o bem-estar coletivo e individual.

- **Capital Natural:** todos estoques naturais renováveis e não-renováveis que provêm bens e serviços que mantêm a prosperidade da organização no passado, presente e futuro. (IRCC, 2010)

O relato integrado é um caminho natural para uma visão ampla da relação moderna, transparente e requerida entre o ambiente corporativo e as comunidades que vivem em sociedade, pois não informa apenas a dimensão financeira dos negócios de uma entidade, mas a condição ampla em que esta se relaciona na contratação de seus negócios e na constituição de seus relacionamentos. (IRCC, 2010)

A figura 1 evidencia os tipos de capitais, bem como seu funcionamento de forma integrada na medida que estão resente nas operações das organizações.

Figura 1 – Tipos de Capital



Fonte: IIRCa (2017).

Nessa abrangência, a Governança Corporativa das organizações é elemento integral desse processo, na medida que ao estar atenta a todos esses aspectos estratégicos e operacionais tem a responsabilidade de monitorar cada um dos capitais aplicado no desenvolvimento dos negócios das organizações, em sentido de agregar valor e de reponder as dimensões fundamentais das melhores práticas de Governança Corporativa consoante os pilares fundamentais como o da prestação de contas, a transparência da informação aos *stakeholders* (*disclosure*) visando a dimensão da longevidade das entidades para o benefício de todas as partes interessadas. (ANDRADE e ROSSETTI, 2004)

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORIGEM DO RELATO INTEGRADO

Em 1997 surge a Global Reporting Initiative (GRI), referência mundial em Relatório de Sustentabilidade e, logo na sequência, em 2010, o IIRC, com a finalidade de transmitir padrões gerais para dar suporte a elaboradores e usuários do Relato Integrado, sistematizando experiências com as mais de cem empresas participante do programa piloto em vários segmentos e países, inclusive o Brasil.

O GRI tem sido pioneiro no desenvolvimento das diretrizes para os relatórios de sustentabilidade e está comprometido com sua contínua melhoria e aplicação no mundo todo.

Sua estrutura estabelece um conjunto de princípios e indicadores que as organizações utilizam para medir e reportar voluntariamente sobre desempenhos nas dimensões econômica, social, ambiental e de governança. (GRI, 1997)

Dentre esses indicadores estão: governança, compromisso com os *stakeholders*, informações econômicas e financeiras, políticas públicas e sociais, externalidades dos produtos e serviços, conflitos ambientais etc. (GRI, 2013)

Na versão 4 do GRI, incentiva-se focar sobre os impactos que são mais relevantes e estratégicos para os negócios, citando a intensidade energética e de emissões por unidade de produto e se a diretoria tem alguma supervisão de questões relacionadas com a sustentabilidade. (GRI, 2013)

A missão do IIRC é de criar uma estrutura globalmente aceita, que reúna informações financeiras, ambientais, sociais e de governança em um formato claro, conciso, consistente e comparável, ou seja, num formato integrado. A intenção é de contribuir com o desenvolvimento de informações mais abrangentes e compreensíveis sobre o desempenho total de uma organização, tanto prospectiva quanto retrospectivamente, para atender às demandas de um modelo econômico emergente e mais sustentável. (IIRC, 2010)

Conforme Kassai e Carvalho (2012), o papel do IIRC consiste em responder à demanda de uma estrutura integrada de relatórios que seja concisa, clara, consistente e passível de comparações, de forma que reflita os objetivos estratégicos da organização, seu modelo de negócios e governança, e integre, tanto as informações financeiras, quanto as não financeiras.

Percebe-se então a necessidade de integração dos relatórios contábeis e de sustentabilidade, com a aproximação das diretrizes do IIRC e da GRI e, como argumento principal de que: “Se não houver uma ação conjunta por parte da contabilidade e finanças, que é a linguagem que os mercados entendem, de nada adianta a retórica dos ambientalistas diante dos desafios das mudanças climáticas globais” (MARCOVITCH, 2010).

2.2 CONTEÚDO DO RELATO INTEGRADO

Segundo Eccles e Krzus (2011), o RI procura dirimir situações de informações inconsistentes e até contraditórias entre diferentes relatórios corporativos, por meio linguagem acessível e conteúdos relevantes, tendo como referência a concisão da

informação para despertar o interesse dos usuários. Havendo necessidade de detalhamento da informação, links levam aos relatórios específicos.

Para garantir a flexibilidade das orientações a distintos contextos de países e empresas, o framework do RI estabelece princípios, e não normas, conforme expõe o quadro 1, que orientam e sustentam a elaboração do Relato Integrado, ao informar o que e como as Informações devem ser apresentadas.

Quadro 1: Princípios norteadores do Relato Integrado (OCDE)

i) Foco estratégico e orientação futura: Fornecer visões sobre a estratégia da organização e sobre como ela se relaciona com a sua capacidade de criar valor ao longo do tempo
ii) Conectividade de informações: mostrar a combinação, o inter-relacionamento e a dependência entre os componentes que são relevantes para a habilidade da organização em criar valor no decorrer do tempo
iii) Receptividade das partes interessadas: Fornecer visões sobre a qualidade dos relacionamentos da organização com as suas principais partes interessadas
iv) Materialidade e concisão: fornecer informações concisas relevantes para avaliar a capacidade da organização para criar valor no curto, médio e longo prazo
v) Confiabilidade e completude: incluir todos os temas materiais, sejam eles positivos ou negativos, de forma equilibrada e sem erros materiais
vi) Consistência e comparabilidade: ser apresentadas em uma base consistente, permitindo a comparabilidade com outras organizações de forma relevante para a criação de valor.

Fonte: Peixoto e Martins (2015, p.30)

O framework prevê, ainda, os seguintes conteúdos: “visão geral organizacional e ambiente externo, governança, modelo de negócios, riscos e oportunidades, estratégia e alocação de recursos, desempenho, perspectivas e base de preparação” (IIRC, 2013, p. 25).

Tem-se, então, que o Relato Integrado deve servir como modelo de fomento para uma efetividade maior da comunicação corporativa, ligando *stakeholders* não só corporativos, mas todos aqueles que compõem uma cadeia de interesse em determinado projeto organizacional, sendo a atividade fim do Relato Integrado a melhoria da gestão como forma de expressão da “história de criação de valor” dentro dos preceitos éticos e claros (PEIXOTO & MARTINS, 2015).

Para Kassai e Carvalho (2012), o RI requer nova concepção do modelo de negócio, ao sintonizar a sociedade, a natureza e os fluxos de caixa, em favor da criação sustentável de riqueza por toda a organização.

2.3 CRIAÇÃO DE VALOR

Segundo o IIRC (2013), criação de valor é a maneira da organização interagir com ambiente externo. Para tanto, usa e afeta diversos capitais responsáveis por gerar valor em curto, médio e longo prazo. Tais capitais são repositórios de valor, aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização (IIRC, 2013).

De acordo com EY (2014) as organizações dependem de recursos cada vez mais escassos e alguns pertencem à sociedade. Logo, o valor criado pela organização, em processo de co-criação, deve ser compartilhado entre proprietários, sociedade e outras partes interessadas.

Em um estudo feito pela empresa PWC (2015), as organizações percebem, cada vez mais, a necessidade de se envolver em debates holísticos quando se aproxima a tomada de decisão, considerando fatores financeiros e não financeiros de geração de valor, mas raramente tais informações estão disponíveis em sistema de gestão integrado.

Nesse propósito, a PWC (2015) sugere-se o processo do Relato Integrado em três estágios:

(1) Análise da materialidade - Essa visão de fora para dentro ajuda a administração a ter visão mais holística do negócio e do contexto operacional.

(2) Criação de valor - processo circular que sinaliza o que organização precisa desenvolver visão qualitativa de como o valor é gerado para seus stakeholders.

(3) Avaliação do impacto – utiliza indicadores de desempenho, também conhecidos como Key Performance Indicator (KPI's), para capturar e comunicar o impacto da estratégia e das operações no histórico de geração de valor.

A PWC (2015) destaca que as equipes de gestão necessitam compreender que nem todos os dados usados para calcular os indicadores de desempenho são totalmente precisos e seguros no início do processo.

O uso de KPIs para medir o impacto da empresa ao mundo em seu redor é prática em evolução, bem como a mensuração das compensações, situações em que a maximização de um tipo de capital possa prejudicar outro.

Ainda não se dispõe de metodologias sólidas e padronizadas para medir muitos desses impactos. A própria PWC (2015) constatou, os investidores preferem informações imperfeitas, a não ter nenhuma informação.

2.4 A GOVERNANÇA CORPORATIVA COMO ELEMENTO DE CONTEÚDO DO RELATO INTEGRADO (RI), SEGUNDO A OCDE

A convenção da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), assinada em Paris em 14 de dezembro de 1969 e que começou a vigorar em 30 de setembro de 1961, subscreve o compromisso de promover as políticas apresentadas no quadro 2:

Quadro 2: Políticas OCDE

POLÍTICAS OCDE
I. Alcançar a mais alta sustentabilidade de crescimento econômico e empregabilidade, aumentando o padrão de vida dos países membros, mantendo a estabilidade financeira, e dessa forma contribuir para o desenvolvimento da economia mundial.
II. Contribuir para expansão econômica sadia nos países membros e não membros no processo de desenvolvimento econômico
III. Contribuir para a expansão do comércio mundial em bases multilaterais, não discriminatórias e em conformidade com as obrigações e compromissos internacionais
IV. Objetivam a conformidade com os compromissos regulatórios a que se submetem na consecução de seus negócios.

Fonte: OECD (2004).

Verifica-se que essas políticas e conceitos se fundem com os princípios do relato integrado: desenvolvimento econômico sustentável, crescimento, geração de empregos, qualidade de vida, resultados financeiros, realização de negócios em conformidade com as obrigações e regramentos apropriados em seu sentido ético e regulatório e em dimensões amplas para os acionistas e para a sociedade. (OCDE, 1961)

Dessa forma, contextualizado na evolução econômica dos países, em um processo globalizado, o tema da Governança Corporativa tem claramente extrapolado a dimensão dos interesses específicos dos acionistas, com foco no âmbito da dimensão financeira do retorno do investimento efetuado e avançado em bases principiológicas na medida que: I) as corporações tem função social transcendente, II) alcançam/incorporam o interesses das comunidades que com elas se relacionam, III) observam a preservação do meio ambiente em suas operações, assim como IV) objetivam a conformidade com os compromissos regulatórios a que se submetem na consecução de seus negócios. Portanto, todas essas dimensões convergentes com os conceitos do Relato Integrado. (OCDE, 1961)

Em 2004, alinhado com esses princípios e conceitos a OECD publicou seus Princípios de Governança Corporativa contemplando, os seguintes aspectos:

Quadro 2: Princípios de Governança Corporativa (OCDE)

Princípios de Governança Corporativa (OCDE)
I. Asseguramento das Bases Referenciais de uma Efetiva Governança Corporativa
II. Os Direitos dos Acionistas e Principais Funções de Propriedade
III. O Tratamento Equitativo dos Acionistas
IV. O Papel dos Stakeholders na Governança Corporativa
V. Divulgação e Transparência
VI. As Responsabilidades do Conselho.

Fonte: OECD (2004).

Como se nota, o Relato Integrado observa na definição de seus Capitais Organizacionais a visão consistente dos fundamentos da Governança Corporativa, emitidas pela OCDE e que é consistente com a adoção de práticas de Governança constantes dos vários códigos emitidos por distintos países, incluindo-se também o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2013).

O corpo executivo das empresas tem percebido que a demanda da informação transparente vai mais além dos resultados financeiros trimestrais ou anuais, como por exemplo as políticas em relação ao meio ambiente, a gestão relacional e qualitativa com os colaboradores, clientes e fornecedores, a conformidade com as regras de compliance

definidas pela companhia e alinhadas com as questões regulatórias de seu segmento de negócios, entre outros. (IBGC, 2013)

Esta ferramenta, de adoção voluntária na maioria dos países (atualmente só a África do Sul inclui o Relato Integrado como um requerimento para empresas listadas em bolsa) não deve ser visto meramente como mais uma questão formal de mero reportar, mas sim, em sua essência de princípios e de Governança Corporativa com que as organizações precisam definir seu modelo de gerir e fazer negócios. (IIRC, 2014)

Conforme entrevista publicada pelo jornalista George W. Russel, em Maio de 2017, na revista de CSj do Instituto de Chartered Secretaries de Hong Kong, o Sr. Howitt declarou que: “Relato Integrado é um tema sobre mudança comportamental dentro de uma organização e a forma com que estrategiza, pensa e age, não somente uma forma de reportar“. (texto traduzido pelos autores)

Em consonância com essa nova fase uma iniciativa de audiência pública sobre o Relato Integrado foi, também, colocada em prática e os comentários obtidos dessa ação, recebidos até 30 de abril de 2017, estão correntemente em consolidação e depuração pelo IIRC.

Dentre outros, nota-se que alguns dos objetivos dessa iniciativa foram para: I) ouvir o mercado, II) verificar como a iniciativa do Relato Integrado tem se integrado e adaptado às várias culturas e legislações dos países, III) identificar padrões de qualidade e consistência de informações no contexto dos demais relatórios das organizações e IV) perceber desafios enfrentados para efetiva agregação de valor da iniciativa em sentido de melhorar o pensamento e ação integrada das organizações, focalização em questões de maior relevância decorrente da disseminação dos conceitos dos vários capitais organizacionais. (IIRC, 2017).

Em suma, o Relato Integrado permanece, com uma fonte de essência básica para as organizações e com princípios alinhados com Governança Corporativa.

Não bastando, existem vários outros documentos concorrentes com esta iniciativa principiológica tais como o “Sustainability Accounting Standar Baord, MSCI, Global Reporting Intitative and Carbon Disclosure Project. (PWC, 2013)

Todos esses relatórios guardam similaridade em suas demandas e será essencial que no âmbito da boa Governança Corporativa duplicidades sejam evitadas.

3. METODOLOGIA

O presente estudo possui uma abordagem de natureza qualitativa sobre os relatos integrados das instituições bancárias brasileiras, restrito aos aspectos relacionados à governança corporativa. Tal abordagem caracteriza-se pela compreensão de dados não quantificáveis, em lugar das medidas quantitativas e explicações por meio de variáveis (RICHARDSON, 1999; FIGUEIREDO, 2004).

A fim de verificar a forma como as empresas aderiram ao modelo proposto pela estrutura conceitual, sugerida pelo IIRC, considera-se o estudo de informações publicadas nos relatos.

Dessa forma, foi escolhida a técnica denominada análise de conteúdo: procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens foram utilizados de forma a extrair uma interpretação profunda sobre o conteúdo analisado. (BARDIN, 2004; CHIZOTTI, 2006).

Neste caso, uma vez que se trata de uma forma de análise de aderência das diretrizes propostas pelo IIRC, princípios de Governança Corporativa e sugestões da OCDE para relato integrado, foram levadas em consideração apenas as informações explícitas, que apresentem elementos textuais e/ou gráficos condizentes com as diretrizes do RI.

A coleta de dados, em conformidade com a técnica de análise de conteúdo, segue os procedimentos de pesquisa documental. Os dados utilizados foram a estrutura conceitual para relato integrado e os relatórios corporativos das 25 instituições bancárias, listadas pela BM&FBOVESPA. (IIRC, 2013)

Na sequência, foram eliminadas do estudo as instituições que não haviam publicado nenhum tipo de relatório e, posteriormente, a análise dos dados publicados pelas organizações restantes.

O quadro 3 traz as instituições bancárias listadas pela BM&FBOVESPA, e seus respectivos níveis de Governança Corporativa e aderência a publicação de relatórios:

Quadro 3: Lista de Instituições Financeiras BM&FBOVESPA 2016

LISTA BM&FBOVESPA 2016		
NOME	SEGMENTO	PUBLICA RELATO INTEGRADO OU RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE
ABC BRASIL	N2	NÃO
ALFA CONSORC		NÃO
ALFA HOLDING		NÃO
ALFA INVEST		NÃO
AMAZONIA		NÃO
BANCO PAN	N1	NÃO
BANESE		NÃO
BANESTES		NÃO
BANPARA		NÃO
BANRISUL	N1	NÃO
BANSANTANDER	DR3	SIM
BRADESCO	N1	SIM
BRASIL	NM	NÃO
BRB BANCO		NÃO
BTGP BANCO		NÃO
INDUSVAL		NÃO
ITAUSA	N1	SIM
ITAUUNIBANCO	N1	SIM
MERC BRASIL		NÃO
MERC INVEST		NÃO
NORD BRASIL		NÃO
PARANA	N1	NÃO
PATAGONIA	DR3	NÃO
PINE	N2	NÃO
SANTANDER BR		SIM

Fonte: Site BM&FBOVESPA – Relate ou explique, 2016.

Portanto, de acordo com os requisitos estabelecidos neste estudo, de estar listado na BM&BOVSPA e ter RI publicado no no de 2016, apenas três instituições encontraram-se aptas para serem estudadas: BRADESCO, ITAUSA e ITAU UNIBANCO (ambos do mesmo grupo) e SANTANDER BR (SANTANDER BR e BANSANTANDER).

Para localizar os relatórios das empresas participantes, publicados ao longo do ano de 2016, verificou-se a disponibilidade dos documentos nos respectivos sítios eletrônicos durante o período da coleta de dados: jan/2016 a dez/2016, considerando-se que podem ter sido publicados com as seguintes denominações: relato integrado; relatório de sustentabilidade ou relatório anual.

A partir destas diretrizes, foi realizada uma análise comparativa das informações publicadas nos relatos integrados dos bancos com requisitos do IIRC (2013-b), da governança corporativa e dos princípios da OCDE.

Realizou-se o procedimento de análise de conteúdo dos relatórios destas empresas a fim de localizar cada um dos oito tópicos – expostos no Quadro 4:

Quadro 4: Conteúdo do Relato Integrado (IIRC)

ELEMENTOS DE CONTEÚDO	DEVE CONTER:
1. Visão geral organizacional e ambiente externo:	O que a organização faz e sob quais circunstâncias ela atua?
2. Governança:	Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?
3. Modelo de negócios:	Qual é o modelo de negócios de organização?
4. Riscos e oportunidades:	Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles?
5. Estratégia e alocação de recursos:	Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?
6. Desempenho:	Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais?
7. Perspectiva:	Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?
8. Base para apresentação:	Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados?

Fonte: IIRCb (2013)

Para a análise de conteúdo, foi realizada a leitura integral dos relatórios, a fim de se encontrar palavras ou termos que identifiquem a informação quanto aos oito tópicos exigidos pelo IIRC e posteriormente, verificou-se se estas informações, contidas nos relatórios, está de acordo com os princípios de Governança Corporativa. OCDE e IIRC.

Deste modo, possibilita-se a exposição das informações de maneira que viabilize a comparação dos resultados, sob a forma de quadros comparativos.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram estudados os dados publicados em cada um dos relatórios, de cada uma das instituições citadas anteriormente, de acordo com os procedimentos já estabelecidos neste trabalho. Para melhor visualização dos resultados obtidos, as categorias foram divididas em

8 linhas, dispostas em um quadro, sendo uma linha para cada tópico do modelo padrão de Relato Integrado, sugerido pelo IIRC, bem como sua aderência por parte dos bancos estudados.

O resultado da análise e estudo das 8 categorias estão dispostos no quadro 5:

Quadro 5: Aderência aos 8 tópicos da estrutura conceitual sugerida pelo IIRC.

ELEMENTOS DE CONTEÚDO	DEVE CONTER:	BRADESCO	ITAU	SANTANDER
1. Visão geral organizacional e ambiente externo:	O que a organização faz e sob quais circunstâncias ela atua.	SIM	SIM	SIM
2. Governança:	Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor.	SIM	SIM	SIM
3. Modelo de negócios:	Descrever o modelo de negócios de organização.	SIM	SIM	SIM
4. Riscos e oportunidades:	Citar os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor e como a organização lida com eles.	SIM	SIM	SIM
5. Estratégia e alocação de recursos:	Como pretende alocar seus recursos	SIM	SIM	SIM
6. Desempenho:	Dizer até que ponto a organização já alcançou seus objetivos e quais os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais.	SIM	SIM	SIM
7. Perspectiva:	Citar desafios, incertezas, estratégias, modelo de negócios e desempenho que deseja atingir desempenho.	SIM	SIM	SIM
8. Base para apresentação:	Como a organização aborda os temas das diretrizes no RI e como estes temas são desenvolvidos.	SIM	SIM	SIM

Fonte: Dados da pesquisa

A visão geral das 3 instituições estavam completas e apresentavam todos os quesitos determinados pelas diretrizes. O banco SANTANDER conta um pouco de sua história; porém, as 3 instituições mostram o panorama do ano de 2016 e áreas de atuação, O BRADESCO, ainda ressalta sua participação e investimentos nas olimpíadas, o que o diferencia do banco ITAU, que não patrocinou as olimpíadas, mas apresenta em seu RI um panorama da economia mundial, bem como o da indústria bancária.

No que diz respeito à Governança Corporativa, todos apresentam em sua estrutura as políticas acionárias, da administração, comitê executivo, comitês internos e remuneração de executivos. Os bancos ITAU, BRADESCO e SANTANDER, também apresentam o item segurança da informação e prevenção a lavagem de dinheiro.

Adicionalmente o SANTANDER, mostra que pelo quarto ano consecutivo, faz parte do Instituto Ethos em parceria com o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, passando a integrar a lista da Pró-Ética, segundo a qual adota medidas de prevenção e combate a corrupção e fraudes.

Quanto aos modelos de negócios, as 3 instituições apresentam de forma clara os seus modelos, assim como suas perspectivas para o futuro e formas de atuação e publicam

os 6 capitais exigidos pelo IIRC: capital manufaturado, capital intelectual, capital social, capital humano, capital financeiro e capital natural.

No t3pico desempenho, o banco ITAU apresenta seus resultados, destaques e desafios, enquanto o SANTANDER e BRADESCO mostram seu desempenho financeiro, al3m do cen3rio banc3rio de 2016.

Todos os bancos determinaram as insforma33es contidas em seus relatos com base nas melhores pr3ticas cont3beis internacionais. Adotaram tamb3m as diretrizes da ABRASCA (Associa33o Brasileira das Empresas Abertas), da GRI (Global Reporting Initiative) e IIRC (International Integrated Reporting Council).

Dessa maneira, trazem informa33es e estrat3gias para seus acionistas, colaboradores, sociedade e demais stakeholders, a fim de gerar valor a organiza33o e garantir a perenidade dos neg3cios.

5. CONSIDERA33ES FINAIS

O relato integrado surge como uma nova proposta de relat3rio corporativo, no sentido de substituir todos os outros, auxiliando as organiza33es a publicarem informa33es de qualidade. Esta iniciativa teve in3cio em 2010 e a participa33o das empresas 3 volunt3ria.

Este trabalho buscou analisar e compreender as estruturas e pr3ticas atuais de divulga33es de informa33es em relatos integrados publicados, de acordo com os princ3pios da governan3a corporativa.

Para atingir o objetivo determinado, elaboraram-se quadros de an3lise de informa33es, com base na estrutura conceitual do IIRC para governan3a corporativa. A fim de se identificar a divulga33o de elementos publicados pelas tr3s institui33es financeiras estudadas, realizou-se a an3lise de conte3do dos relatos integrados localizados em s3tio virtual at3 o momento da coleta de dados.

Os resultados apurados permitem afirmar que as institui33es preocuparam-se com a qualidade das informa33es divulgadas, bem como seu detalhamento e explora33o.

As empresas procuraram contextualizar seus relatos com informa33es do mercado e da pr3pria organiza33o, seguindo com a explana33o de seus modelos de neg3cios e 3reas de atua33o.

A instituição de melhor detalhou este tópico foi o banco ITAU, disponibilizando informações sobre suas aplicações, operações, ativos financeiros e principais fontes de captação.

De forma geral, o tópico de governança corporativa mostra uma maior quantidade de informações e preocupações no que se diz respeito a mecanismos e incentivos de boas práticas, quando comparado aos estudos anteriores (2013 e 2015).

Verificou-se também um empenho maior na questão de gestão de riscos e combate a corrupção e fraudes, tendo em vista o cenário brasileiro atual. As 3 instituições aderiram à práticas de mitigação de riscos, indo além de políticas, procedimentos e processos, uma vez que incentivam a responsabilidade individual, além da coletiva, para que todos ajam de maneira ética e transparente.

Observou-se que das três instituições, ITAU e BRADESCO apresentam nível 1 de governança corporativa (N1) da BM&FBOVESPA e publicam mais informações do que o exigido pelas diretrizes.

As organizações apresentaram formatos diferentes de relatos integrados, utilizando a estrutura sugerida pelo IIRC como um guia e não como regra. Nota-se ainda que a prática de publicação de relatos não é regra, além de ser muito precária e não constante, embora seja uma forma de melhorar a qualidade de informações disponíveis, aprimorar a gestão de capitais e o relacionamento entre sócios e investidores.

Neste sentido, o presente artigo contribui com os resultados de evidenciação dos princípios de governança corporativa na composição do relato integrado das instituições bancárias. Recomenda-se para estudos futuros que se analisem relatos de outros segmentos, bem como a periodicidade de suas publicações, com o intuito de acompanhar sua evolução, no que diz respeito ao conteúdo, qualidade e a forma como as informações serão divulgadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. C. S., et al. (2016). Governança corporativa na estrutura conceitual do relato integrado: divulgações das empresas brasileiras participantes do projeto piloto. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade 6.2. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/1410>>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

ADAMS, S., & SIMNETT, R. (2011). Integrated Reporting: An opportunity for Australia's not-for-profit sector. *Australian Accounting Review*, 21(3), 292-301. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1835-2561.2011.00143.x>> Acesso em: 15 de julho de 2017.

BMF&FBOVESPA. Bancos Listados pela BMF&FBOVESPA. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/ptbr/institucional/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique/>>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

BRADESCO. Relato Integrado Banco Bradesco. Disponível em: <<https://www.bradesco.com.br/site/conteudo/informacoes-financeiras/relatoriosanuais.aspx?secaoId=811>>. Acesso em: 03 de ago, 2017.

CSJ THE JOURNAL OF THE HONG KONG INSTITUTE OF CHARTERED SECRETARIES, May 2017.

DRUCKER, P. F. (1995). *A gestão numa época de grande mudança*. (D. Cultural, Ed.).

DRUCKMAN, P. (2014). Integrated Reporting: A New Governance Tool. *The Corporate Board*, 6–11.

ECCLES, R. G., KRZUS, M. P., & WATSON, L. A. (2010). Integrated Reporting Requires Integrated Assurance. *QFinance*, 1–14.

EUROPEAN PARLIAMENT. (2014). Directive 2014/95/EU of the European Parliament and of the Council of 22 October 2014 amending Directive 2013/34/EU as regards disclosure of non-financial and diversity information by certain large undertaking and groups. *Official Journal of the European Union*, 2014(April), 1–9.

FRIED, A., HOLTZMAN, M. P., & MEST, D. (2014). IR the new annual Report for the 21st century. *Financial Executive*, Fall 2014, 24 – 31.

GARY, C. M., FAGERSTRÖM, A., & HASSEL, L. G. (2011). Accounting for Sustainability: What Next? a Research Agenda. *Annals of Faculty of Economics*, 97–111.

IASB. (2014). *The Conceptual Framework for Financial Reporting*. International Financial Reporting Standards, (January).

ICAEW. (2009). *Developments in New Reporting Models*. Financial Reporting Faculty of ICAEW. Disponível em: <http://doi.org/10.2308/accr.00000004>. Acesso em: 25 de jul, 2017.

IIRC. (2013a). *The International IR framework*, 37. Disponível em: < www.theiirc.org >. Acesso em: 02 de ago, 2017.

IIRC. (2013b) *Estrutura do Relato Integrado*. Disponível em <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. (2015). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, 5a. ed.

ITAU. Relato Integrado Banco Itau. Disponível em: <<http://www.itaubr.com.br/relatorio-anual/relato-integrado>>. Acesso em: 03 de ago, 2017.

KASSAI, J. R., & CARVALHO, L. N. (2012). Relato Integrado: a próxima revolução contábil. *Development*, 20, 22.

KLOVIENĚ, L., & SPEZIALE, M. T. (2014). Sustainability Reporting as a Challenge for Performance Measurement: Literature Review. *Economics and Business*, 26, 44.

ODRIOZOLA, M. A., SAÁNCHEZ, J. A. C., & ETXEBERRIA, I. Á. (2012). Divulgación de información sobre corrupción: empresas del ibex 35*. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 15, 59–90.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CORPORATE DEVELOPMENT, Principles of Corporate Governance, 2004.

PRICKETT, R. (2014). Transforming Corporate Reporting. *Internal Auditor*, 71 Issue 2(April), 58–62. 5p.

PWC. As novas diretrizes da Global Reporting Initiative: G4 <<https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/images/pwc-global-reporting-iniative-g4.pdf>>. Acesso em: 23 de Out, 2017.

SANTANDER. Relato Integrado Banco Santander. Disponível em: <<https://sustentabilidade.santander.com.br/pt/Governanca/Paginas/relatorio-anual.aspx>>. Acesso em: 03 de ago, 2017.

STUBBS, W., & HIGGINS, C. (2014). Integrated Reporting and internal mechanisms of change. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1068–1089.

TILLEY, C. (2013). CIMA CEO column “In order to write an integrated report, organisations must apply integrated thinking.” *Financial Management*, 42(4), 68. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=buh&AN=90248883&site=ehost-live>> Acesso em: 03 de ago, 2017.

TILLEY, C. (2014). CIMA CEO colum: “Of the six core capitals identified under integrated reporting, three relate to people .” *Financial Management*, (August).

VILLIERS, C. DE, RINALDI, L., & UNERMAN, J. (2014). Integrated Reporting: Insights, gaps andan agenda for future research. *Accounting Auditing and Accountability Journal*, 1–47. Disponível em: < <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>

WAYGOOD,S.(2014).A Roadmap for Sustainable Capital Markets: How can the UN SustainableDevelopment Goals harness theglobal capital markets? Aviva White Paper>. Acesso em: 18 de ago, 2017.